

DECISÃO: RECURSOS CONTRA ACEITE E HABILITAÇÃO DE PROPOSTA
EDITAL N.º 22/2022

PROCESSO N.º 23228.001776.2022-00

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/2022 – Limpeza e conservação.

Pregoeiro realizou análise do pedido de RECURSO, interposto pelas empresas abaixo identificadas, contra sua decisão de aceitar e habilitar a proposta da licitante ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI (recorrida), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 23.966.754/0001-04, para o item 1 do edital em epígrafe, com apoio técnico e jurídico disponível.

1. DAS RAZÕES APRESENTADAS EM RECURSO PROVIDO PELA EMPRESA GIBSON & RÉGIO LTDA – EPP.

1.1. A recorrente Gibson & Régio Ltda – EPP, CNPJ n.º 17.065.080/0001-66, interpôs pedido de desclassificação da proposta da licitante recorrida e para tanto apresentou suas razões devidamente fundamentadas, conforme inserido em campo próprio do sistema e dentro do prazo previsto.

1.2. Da síntese dos recursos apresentados pela Gibson & Régio Ltda – EPP:

a) Quanto aos benefícios da opção do Simples Nacional: *“não se aplica quando da participação de empresas optantes do Simples Nacional em LICITAÇÕES”*;

b) Alegou erro no cálculo do submódulo 2.2, também em decorrência do erro de não incluir os encargos que seriam devidos em razão da não aplicação dos benefícios do simples nacional;

c) Alegou *“A Recorrida não inseriu em sua planilha (módulo 5) o valor correspondente a SESMT, PCMSO, PPRA e exames médicos, correspondente a R\$ 35,00”*;

d) Alegou também que a recorrida não inseriu os custos com material de limpeza (consumo) na sua planilha de custos; e,

e) Por fim, alegou que *“A Recorrida inseriu nos tributos federais PIS e COFINS, os respectivos percentuais: 0,52 e 2,41. Mas tais percentuais NÃO podem ser aplicados, uma vez que as empresas optantes do Simples Nacional, NÃO podem usufruir dos benefícios tributários, quando da participação de licitação, como já mencionado anteriormente. Sendo o correto as seguintes alíquotas: 0,65% (PIS) e 3,0% (COFINS).*

2. DAS RAZÕES APRESENTADAS EM RECURSO PROVIDO PELA EMPRESA ALFHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

2.1. A recorrente Alfha Comércio e Serviços Eireli, CNPJ n.º 06.262.138/0001-45, interpôs pedido de desclassificação da proposta da licitante recorrida e para tanto apresentou suas razões devidamente fundamentadas, conforme inserido em campo próprio do sistema e dentro do prazo previsto.

2.2. Da síntese dos recursos apresentados pela Alfha Comércio e Serviços EIRELI:

a) Alegou ausência de tributos no módulo 2.2 da planilha (SESI/SESC, SENAI/SENAC, SEBRAE e INCRA);

b) Alegou ausência do custo de R\$35,00 (trinta e cinco reais) referente à cláusula constante da CCT AP000001/2021;

c) Alegou em suas razões que a recorrida *“não utilizou os percentuais corretos no módulo 6 – PINS e COFINS, utilizando os percentuais de 0,52% e 2,41%, respectivamente, quando deveriam ser de 0,65% e 3%, respectivamente.”*



d) Alegou ainda que a recorrida apresentou fórmula equivocada para o cálculo dos módulos 3 e 4 da planilha.

3. DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA RECORRIDA

3.1. A empresa ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ n.º 23.966.754/0001-04, classificada para o item 1 do Pregão SRP n.º 22/2022, apresentou contrarrazões dentro do prazo estipulado e por meio do sistema de forma a desqualificar as razões apresentadas e apresentar suas justificativas e esclarecimentos para cada caso narrado.

3.2. Da síntese das contrarrazões apresentadas:

a) Quanto ao enquadramento pelo SIMPLES NACIONAL e tributos correlacionados à aplicação desse benefício a recorrida esclareceu que comprovou *“inequivocamente ser Optante do Simples Nacional, apresentou SEFIP/GFIP e simulador do simples nacional para comprovar os percentuais tributários cotados em sua planilha de custos e formação de preços, principalmente para PIS e COFINS objeto de questionamento da Recorrente”*, e que tal situação está prevista e permitida pela Lei Complementar n. 123, de 2006, para algumas atividades, como, inclusive, é o caso específico das empresas que prestam serviços de limpeza e conservação.

b) No que se refere aos indícios de erros na planilha de custos apresentada pela recorrida a mesma alegou que apresentou todas as correções e diligências solicitadas pela equipe de pregão e que nos termos do edital nenhum erro de planilha deve ser considerado como motivo suficiente para desclassificação de propostas.

c) Quanto aos valores e custos de materiais de limpeza esclareceu que em sua proposta constam todos os custos somados.

d) No que se referem aos custos de SESMT, PCMSO, PPRA e exames médicos, a recorrida respondeu que *“são custos relacionados ao exercício da atividade, e que tal custo não pode ser repassado para a Administração, sendo de inteira responsabilidade das empresas contratadas. Não faz o mínimo sentido a Administração arcar com custos de exames admissionais, periódicos, demissionais, PCMSO, PPRA, etc.”*

4. DA ANÁLISE REALIZADA PELA EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO EM APOIO À DECISÃO DO PREGOEIRO.

4.1. Em apoio à decisão deste pregoeiro a equipe técnica de planejamento da contratação, também consultada quando da análise das propostas em fase de aceite, esclareceu que o único modelo apresentado pelo IFAP em edital foi o próprio modelo retirado da IN n.º 05/2017 – Seges-MPOG, o qual estamos obrigado a indicar como referência, de forma que o arquivo com a planilha estimativa desta administração foi divulgado posteriormente, em site oficial, em razão de pedido de esclarecimento, e sem qualquer indicação de obrigatoriedade ou ainda como referência para o preenchimento. O arquivo teve caráter informativo e não foi alvo de nenhuma impugnação pelas licitantes para aferição de possíveis erros.

4.2. Ainda na questão da planilha aquela diretoria esclareceu que *“cumpre salientar que a planilha de custo e formação de preço apresentada pelo Ifap aos licitantes trata-se de um modelo, e que conforme dispõe o Acórdão TCU, de n.º 963/2004 – Plenário, não teria como a administração apresentar uma planilha preenchida por completo, uma vez que os seus elementos integrantes dependem não apenas de variáveis da lei e acordos coletivos, mas também de estruturas e custos próprios de cada organização, vejamos: ‘(...) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. [...]’”*

4.3. A equipe ainda indicou que não houve resposta direta quanto a alguns itens de



recursos referente a erros de cálculos.

4.4. Ainda assim, foi possível apresentar uma análise conclusiva da seguinte forma: *“...entende-se que recorrida incorreu em erro de cálculo na planilha, conforme alegado pelas recorrentes. (...) Assim, sugere-se o ajuste no cálculo, ao invés da empresa considerar a célula H44 (20,43%), deverá considerar a célula I44 (R\$ 250,74). Gerando uma diferença de R\$ 73,91”*, no entanto informou que *“O valor da diferença diverge o acusado pelas recorrentes, devido os encargos zerados, que foram esclarecidos e justificados pela empresa no tópico Simples Nacional”*, tendo desta forma demonstrado que acolheu a contrarrazão referente a aplicação dos benefícios do enquadramento desse regime.

4.5. No entanto, nem todas as questões foram acolhidas, visto que *“Confirma-se a empresa SOMOU os Materiais de consumo e os Materiais duráveis e fez a referida divisão pelo número de colaboradores. Ressalta-se que na memória de cálculo dos Materiais Duráveis, foi feita a divisão por 12, para se chegar em um valor mensal. Logo, o cálculo encontra-se certo.”*

4.6. Por fim, recomendou, que sejam feitos os ajustes indicados na planilha, considerando os termos do edital, tendo concluído sua análise da seguinte forma: *“Esta Diretoria, a qual atuou no planejamento desta contratação considera que não haveria fatos suficientes para desclassificação da proposta”*.

5. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

5.1. Inicialmente, esclareço que a este pregoeiro cumpre respeito aos ditames editalícios e legais. Tais princípios protegem a contratação e garantem a correta aceitação do objeto. Além de garantir às licitantes tratamento isonômico.

5.2. Neste sentido é importante deixar claro que nenhuma lei, regulamento ou jurisprudência acolheria uma decisão de desclassificação de propostas por erro de planilha, o que está, inclusive, devidamente expresso no edital desta licitação na cláusula 8.15, a qual determina que este pregoeiro indique prazo para os ajustes necessários.

5.3. Pelo exposto está claro para todos que tais ajustes não poderão resultar em majoração de preço.

5.4. Ainda no contexto de erros de planilha o edital estabelece em sua cláusula 6.3.1. *“A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993”*.

5.5. Feitas estas considerações, entende-se que deverá a recorrida apresentar planilha corrigida e que comprove a exequibilidade de sua proposta sem qualquer majoração de preço, dentro do prazo a ser estabelecido em convocação.

5.6. No que se refere ao enquadramento no regime de SIMPLES NACIONAL, percebe-se que houve equívoco das recorrentes em alegar a vedação do uso dos benefícios, dado que existe expressa autorização na LC123 para que empresas que prestem serviços não vedados façam o enquadramento e a respectiva tributação.

5.7. Para a melhor compreensão este pregoeiro esclarece que os argumentos utilizados como razões se referem a acórdãos que julgam casos de restrição de competitividade, o que não foi nosso caso, e ainda a situações de empresas que prestavam concomitantemente serviços vedados, o que também não é o caso.

5.8. A empresa habilitada já é contratada de órgãos públicos, inclusive pela receita federal, e em seus contrato já tem sua tributação conforme o regime do simples nacional, conforme contratos apresentados junto a atestados de capacidade técnica.



5.9. Ainda neste caso, até mesmo a diretoria financeira (DECOF) desta Reitoria confirmou que nos atuais contratos de serviços de limpeza e conservação para as empresas que estão enquadradas no SIMPLES NACIONAL, e que não tenham vedação legal, não há retenção dos tributos federais já contemplados no referido regime.

5.10. Por fim, trecho do Voto referente ao Acórdão 3075/2008-TCU-Plenário: “*A Lei Complementar veda a participação de pessoas jurídicas que realizem cessão ou locação de mão de obra, entretanto, autoriza expressamente que pessoas jurídicas prestadoras de serviços de limpeza, conservação e vigilância optem por esse regime de tributação (art. 17, inciso XII e § 1º, inciso XXVII). O Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em 30 de maio de 2007, editou a Resolução CGSN nº 004 que, em seu art. 12, § 3º, inciso XXVI, permite a opção pelo SIMPLES por parte de pessoas jurídicas que prestem serviços de vigilância, limpeza e conservação*”

5.11. Feitas estas considerações, à luz das disposições legais expressas, não vê-se razão para impedir que a empresa tenha sua tributação conforme a legislação lhe permita.

6. DA DECISÃO

6.1. Após exaustiva análise de informações e consultas aos setores técnicos deste IFAP, no intuito de assegurar transparência e a legalidade do certame sem prejuízo da devida celeridade almejada para o certame, respeitados os termos do edital e demais disposições legais referentes à Licitação. Esclarecendo que o referido princípio da celeridade não nos autoriza a ter pressa em aceitar ou recusar propostas que sejam aceitáveis e/ou ajustáveis.

6.2. Considerados os princípios da isonomia e da vinculação ao ato convocatório, restou claro que a planilha da licitante ainda necessita de ajustes importantes, mas que tal situação não pode ensejar, de pronto, motivo para desclassificação da mesma.

6.3. Desta forma, decido pelo provimento do recurso a fim de voltar a sessão à fase de aceite de proposta para o item 1 a fim de realizar os ajustes solicitados pela equipe técnica de análise, para no mérito julgá-lo PARCIALMENTE PROCEDENTE.

6.4. É a decisão.

Em, 21 de dezembro de 2022.

LORENZO MONTEIRO ANAISSE

Pregoeiro